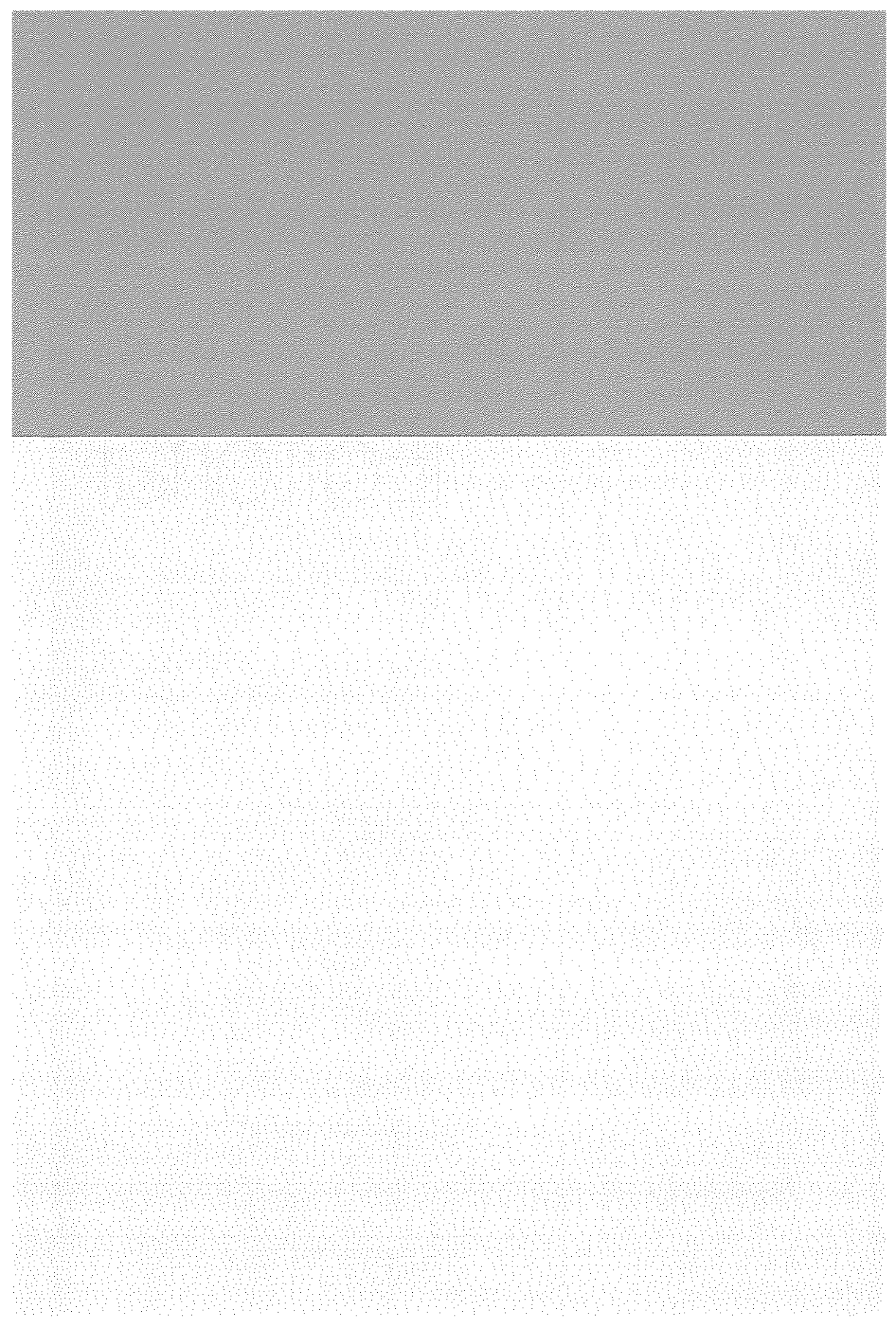




Editorial





F r a n c i s c o R i b e i r o d a S i l v a

1 – Os números da «Douro. Estudos e Documentos» vão-se sucedendo a um ritmo acelerado mas ainda não conseguimos acertar o passo, fazendo coincidir o tempo real de saída com o ano indicado na capa. O atraso neste momento já não é muito significativo, atendendo a que a Revista é bianual, mas, por vezes, tal circunstância não deixa de originar defasamentos com a realidade histórica envolvente. Vem isto a propósito das comemorações oficiais do 250º aniversário da demarcação da região vinhateira do Douro, relativamente às quais seria de esperar que este número se tivesse associado, dedicando alguma atenção à efeméride, reflectindo desse e em tempo útil a colaboração, efectiva e diversa, dada pelos investigadores do GEHVID às ditas comemorações. De qualquer modo, como as operações técnicas de demarcação se prolongaram até 1761, não irão faltar oportunidades para que as páginas da Revista prolonguem as comemorações, voltando aos temas da demarcação da região bem como da actuação da Companhia Geral da Agricultura.

2 – Se a mudança faz parte da condição humana e do próprio conceito de tempo, o tempo presente parece destinado a mudanças estruturais no panorama do Ensino Superior em Portugal e também no da investigação científica. Sem investigação científica o conhecimento não avança e como se espera das Universidades uma contínua renovação do conhecimento, é essencial que dentro destas e do Ministério que as tutela, se desenvolvam continuamente políticas de promoção e apoio à investigação, numa base de criteriosa selecção dos projectos apresentados e de responsabilização dos investigadores, responsabilização que passa evidentemente pela prestação de contas e pela avaliação do trabalho realizado. A avaliação é essencial, mas a escolha dos avaliadores tem que ser bem pon-

derada e a renovação das equipas de avaliadores deve ser um imperativo. Porque? Porque é preciso garantir que os avaliadores são isentos e competentes, para além de deverem usar exactamente os mesmos critérios e instrumentos na avaliação do trabalho realizado por grupos semelhantes. E nem sempre é por se pertencer a uma equipa muito numerosa ou com nomes mais mediáticos ou por se dispor de instalações mais vistosas que o trabalho é mais profundo ou se obtêm melhores resultados. São os resultados visíveis que finalmente devem ser avaliados, sem preconceitos apriorísticos favoráveis ou desfavoráveis, tendo em conta que, no domínio das ciências sociais e humanas, a maior parte dos investigadores são também docentes. Obrigatoriamente.

3 – O imperativo da mudança e da inovação deve constituir palavra de ordem no interior dos próprios grupos de investigação, de modo a que as equipas de trabalho encontrem novos dinamismos, novas propostas e novos caminhos. Esta reflexão interna em clima de autoavaliação permanente pode ser uma das condições de afirmação e de sobrevivência do grupo. Um sinal salutar de renovação pode estar na mudança de chefias que deve ser incentivada e praticada.

4 – Os grupos e centros de investigação desenvolvem trabalho que, em princípio, é útil à comunidade envolvente, às autarquias, às pessoas e às instituições públicas e privadas. Essa utilidade pode ser por todos avaliada nas publicações que o grupo edita. Por isso, parece que devia ser norma que algum do financiamento da pesquisa científica procedesse de outros cofres, para além do orçamento de Estado. E, de facto, assim acontece em alguns poucos casos. A manutenção desta Revista tem-no comprovado. Mas, dadas as actuais restrições orçamentais oficiais, a sua sobrevivência ao ritmo bianual poderá estar em risco se não encontrarmos outros parceiros para além do Instituto dos vinhos do Douro e Porto, cujo apoio tem sido exemplar a vários títulos.

5 – Voltando à Revista, o presente número mais uma vez tenta cumprir os objectivos editoriais originais, que temos recuperado em textos anteriores: variedade temática, interdisciplinaridade, internacionalização, abertura inter-universitária, diversidade linguística, heterogeneidade de autores. O Douro, que é região de vinhos e de cooperativas e também rio e terra de pão, de mosteiros, de museus e de turismo, ocupa aqui um lugar justamente preponderante. Mas Porto e Vila Nova de Gaia, Jerez e Tokay são cidades do vinho acolhidas e reunidas neste porto de encontro, com a particularidade de raramente se registarem referências à última em publicações portuguesas. Uma Revista aberta a outros vinhos, a outras matérias para além da História, a outras Faculdades, a outras Universidades, a outros países, a outras línguas continua a ser o nosso objectivo. Repeti-lo talvez nos ajude a alcançá-lo.